

HABEAS CORPUS Nº 471.129 - GO (2018/0251377-8)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : MARIA DULCE DOS SANTOS NASCIMENTO E OUTRO
ADVOGADOS : MARIA DULCE DOS SANTOS NASCIMENTO - DF009390
MÁRCIO SILVA CAMPOS - DF052942
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : MICAEL DA SILVA MATOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de MICAEL DA SILVA MATOS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no (*Habeas Corpus* n. 37650-31.2018.8.09.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 08/12/2016 por ter supostamente praticado os delitos previstos nos arts. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal e 244-B, § 2º, da Lei n. 8.069/90 (homicídio qualificado e corrupção de menores).

O paciente foi pronunciado em 22/8/2017. A defesa interpôs recurso em Sentido Estrito pleiteando, também, o relaxamento da prisão do paciente por excesso de prazo, que foi negado pelo Tribunal.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário alegando ausência de fundamentação idônea para a manutenção do cárcere preventivo do paciente. O TJ/GO denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS. CRIMES DE HOMICÍDIO QUALIFICADO PELO MOTIVO TORPE E RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. CONVERSÃO DA PRISÃO TEMPORÁRIA EM CUSTÓDIA PREVENTIVA. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA MEDIDA CONSTRITIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO DE PRONÚNCIA. SECREGADO POR OUTRO TÍTULO. PREJUDICADO. 1 - Encontrando-se preso o paciente a novo título (prisão proveniente de decisão de pronúncia), resta prejudicada a ordem neste ponto. OFENSA AO PRINCÍPIO DA INADMISSIBILIDADE DE PROVAS PROVAS ILÍCITAS. NÃO CONHECIDO. 2 - Uma vez que não foi apontado na impetração o elemento probatório obtido ilicitamente, além de que, a análise de matéria afeta à ilegalidade de provas é tarefa insuscetível de ser realizada nos limites estreitos do writ, o referido pedido não merece conhecimento. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA NÃO CULPABILIDADE, DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. COMPATIBILIDADE COM A

Superior Tribunal de Justiça

PRISÃO CAUTELAR. 3 - Os referidos princípios constitucionais não impedem a prisão cautelar, porquanto encontra-se prevista e autorizada pelo artigo 5º, inciso LXI, da Constituição Federal. BONS PREDICADOS. INSUFICIÊNCIA. 4 - Bons predicados pessoais, por si sós, não ensejam a liberdade provisória, especialmente quando demonstrada a imprescindibilidade da custódia cautelar. EXCESSO DF. PRAZO. PROLAÇÃO DE DECISÃO DE PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. 5 - Consoante a Súmula 21, do STJ, não há que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo, quando já proferida a decisão de pronúncia. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA.

No presente *writ*, o impetrante alega que a decisão que negou a liberdade provisória e manteve a segregação cautelar do paciente demonstra singeleza e fragilidade legal e factual. Aduz o excesso de prazo para a formação da culpa e ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura a favor do paciente ou pela concessão de liberdade provisória.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 176/178. Informações prestadas às fls. 197/325. O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (fls. 185/192).

É o relatório.

Decido.

O *habeas corpus* está prejudicado.

Isso porque, por e-mail, o Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Luziânia/GO, informa que em 26/11/2019, o Conselho de Sentença julgou improcedente a pretensão estatal, tendo o MM. Juiz absolvido o réu, ora paciente, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

Assim, constata-se a perda superveniente do objeto deste *mandamus*.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator